

# Renovação

## O PRECONCEITO DA VIRGINDADE

A mulher livre — O matriarcado — O princípio da escravidão — O rebaixamento da mulher — O cristianismo, falso reabilitador da mulher — A virgindade, inútil pormenor anatómico — O desprezo pela virgindade entre os selvagens — A Idade Média e a mulher — A Grande Guerra e as liberdades femininas — O grunhir de Ca-tão — Liberdade!



O amanhecer das idades, entre as hordas nômades da humanidade primeira — a mulher foi livre. Forte como o homem, igual a ele na luta, dispensava a sua protecção. Entregava-se, nas épocas próprias, ora a um ora a outro, escolhendo livremente o pai dos seus filhos. A promiscuidade, o cruzamento natural, eram a regra. Não havia acasala-

mentos duradouros, como não os há nas outras espécies, pois o ser humano não era — nem é, por muito que lhe pese — uma excepção na natureza.

Dai a supremacia que a mulher chegou a conquistar, mantendo durante séculos o regime da ginecocracia ou do matriarcado, regime que ainda subsiste entre algumas tribus selvagens da Africa, sobretudo na prática do direito de sucessão no poder, que não é atribuído aos filhos dos chefes das tribus, mas sim aos sobrinhos filhos das irmãs. É que a consanguinidade só é garantida pela mãe, nada se podendo, com segurança, dizer sobre a identidade do pai, em virtude das certas ou possíveis substituições de varão, que a mulher aceita. Este conceito, altamente judicioso, tem inteira aplicação mesmo entre os civilizados, pois, como notou Goethe, com elegante cinismo: a paternidade é, acima de tudo, «uma questão de confiança».

Na horda, vivendo nos ramos das árvores e no fundo das cavernas, a mulher procreava logo que fisiologicamente se encontrava apta para isso. Os períodos da gestação e do aleitamento incapacitavam-na, porém, para acompanhar o macho na caça e na luta. Assim a fêmea entrou a perder o prestígio. Até que um dia um homem, o primeiro senhor, abusando do estado de enfraquecimento da fêmea, provocado por um parto, pela falta de treino na luta, a que obrigavam longos períodos de inacção, impoz a sua vontade á mulher no momento em que ela o ia abandonar, para seguir o seu destino mais o rebanho dos filhos. Atirando-a brutalmente para o fundo



da caverna e obrigando-a a ficar, êsse nosso antepassado criou a sociedade moderna, instituindo o casamento, a família, o *clan* que depois havia de ser Estado, a divisão do trabalho, a domesticidade, a propriedade privada, o direito da força. E criou também a escravidão. A mulher foi a primeira escrava e tam remota e funda é a tradição dêsse estado, que ela ainda hoje é escrava, verdadeiramente a unica escrava.

Se definirmos a escravidão pelo conceito de Aristóteles, na sua «Política», «o que trabalha para um homem é escravo; o que trabalha para o público é artífice ou jornalista», temos de reconhecer como Stuart Mill que «o matrimónio é a única e verdadeira servidão que a lei reconhece».

Na transição para o regime do patriarcado, para o *clan* já organizado, a mulher não é ainda objecto de cubi

ça. Abunda. Superabunda mesmo. E' um empecilho até. Já não luta. Para satisfazer as rudimentares necessidades do homem primitivo, as conveniências de deslocação da tribo, ha mulheres de mais. E eliminam-se os recém-nascidos do sexo feminino, seleccionando-os.

E a femea rareia. E' então que, no início da barbarie, começa a mulher a constituir boa presa; dão-se os raptos colectivos e quem possui uma mulher, só a cede a custo de sangue ou de haveres. Começam os zelos, mas não melhora a condição da femea, agora mais escravizada ainda, oculta, disfarçada, vigiada, para que a não — cubitem.

O acasalamento subsiste; mas como possuir mulheres é amealhar bens, há os que querem e podem ter muitas para seu gozo e vaidosa exhibição, e a promiscuidade primitiva, natural, é substituída pela poligamia, que hoje persiste nas leis, no Oriente; nos costumes, no Ocidente. Possuir muitas escravas é, cá e lá, índice de grandes tões. E cada vez mais a condição da mulher se avilta.

Com o advento das civilizações no Oriente: na India, na Persia, na Assiria, na Judea, no Egipto, na Grécia, a mulher pareceu readquirir um pouco do seu antigo prestígio. Restabeleceu-se a poliandria, com um caracter ritual, sagrado. Mas se algumas mulheres obtiveram pelo Amôr a alforria — as cortezãs, as hetairas, as sacerdotizas dos cultos fálicos — a grande massa feminina permaneceu na escravidão do lar, inculta, mal trajada, vivendo para a domesticidade, e nem sequer para os caprichos do dono, que se comprazia em sacrificar só ao Amôr nos braços das mulheres públicas, ou, o que ainda era mais frequente, nos dos efebos.

O deslocar da civilização para o Ocidente, não melhorou a condição da mulher. Roma adaptava facilmente os costumes dos povos que submetia e copiou da Grécia tudo quanto ponde. Só na decadência do Império, começaram a ser reconhecidos ás mulheres, a algumas mulheres, certos direitos, o de herdar, por exemplo. Deixaram as matronas de ser escravas, mas ficaram sempre tuteladas, como ainda hoje o são.

O cristianismo ufana-se de ter libertado a mulher. E' uma mistificação, uma mentira que nem sequer é piedosa. Divinizou é certo uma mulher, mas cobriu de sarcasmos e de desprezo as outras. Cristo detestava-as e nunca teve com elas comércio e à própria mãe apostrofou: «Mulher! que há de comum entre mim e ti?!» Paulo, o Apóstolo, verdadeiro fundador do cristianismo, condenou o matrimónio e afirmou, por exemplo, na sua Epístola aos Efesios: «O homem é dono da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja». Todos os Padres da Igreja são unânimes em votar ao desprezo a mulher: Tertuliano, que lhe chama «porta do inferno»; Jerónimo que afirma que «o matrimónio é sempre uma falta»; Origenes que se mutila para não ter relações com mulheres, e considera o matrimónio «coisa ímpia e impura», e Agostinho de Hipona, Eusebio, Crisóstomo, todos condenaram a mulher como coisa imunda e pecaminosa, e só no século VI desta era, um Concílio definiu, aliás por pequena maioria, que a mulher era um ser humano, e tinha alma...

No transcurso dos séculos, a mulher, considerada coisa, propriedade do homem, nunca viu atribuírem grande importância a isso que se convencionou chamar a sua

virgindade e que muitos tomam como sinónimo de honra.

Pormenor anatómico que necessariamente passava despercebido aos nossos avós bárbaros, durante muito tempo ninguém acreditou na sua existência e até quasi aos nossos dias, homens como Buffon, Ambroise Paré, Greef, etc., recusavam-se a admitir que existiria. Na verdade, aquilo que se convencionou reconhecer como marca ou selo da virgindade feminina, é tam diverso de individuo para individuo, tem formas, contexturas e propriedades tam diferentes, que attribuir-lhe uma importância fundamental é cometer o absurdo de generalizar um único caso conhecido. Há individuos em que a membrana himenal é inexistente ou reduzida a carunculas pouco perceptíveis ou ainda sofreu uma rutura, sem que essa rutura provenha das relações normais dos sexos; há outros em que a elasticidade da referida membrana, a dilatação sistematica do orificio destinado à natural expulsão das segregações interiores, permitem aquilo que a Igreja definiu como o «mistério da encarnação» e a Teologia esclareceu dizendo tratar-se dum fenómeno semelhante ao da passagem dum raio de sol através duma vidraça.

Inconsistente portanto a prova da virgindade, só muito recentemente se começou o attribuir-lhe algum valor, valor que o bom-senso e os conhecimentos scientificos vão reduzindo às verdadeiras proporções de simples indicio, de vaga hipótese.

Foi a prostituição sagrada da Babilónia que começou a attribuir importância às primicias do amôr da mulher, votando-as a Milita. Até então ninguém se interessava por isso, e ainda hoje entre certas tribus da Africa e da Oceânia, consideram-na, logicamente, uma massada. Dessa massada se desempenham em regra os sacerdotes, os sacrificadores, e havia até nas Filipinas um funcionário público, espécie de carrasco, a quem o desfloramento das jóvens era cometido. Em certos povos é considerada coisa indigna casar com uma mulher virgem e entre os lapões são preferidas as mulheres que já tiveram relações sexuais com estrangeiros.

Esta é a importância que os nossos irmãos bárbaros, que conservam os costumes dos nossos antepassados, attribuem à virgindade feminina. A civilização tem-nos ensinado, porém, a considerá-la e hoje na Africa faz-se com ela já bom negócio, tal como na Europa e nas Américas. E o direito de hospitalidade, que os germanos praticavam muito e na Africa ainda há bem pouco se praticava, começa a desaparecer.

Coisa sem importância, o pormenor anatómico de nenhuma utilidade ou interesse, que se as fêmeas viessem ao mundo sem elle, nenhuma falta faria, o cristianismo e a Idade Média elevaram-na à categoria de único estalão por onde se afere a dignidade da mulher. E o preconceito subsistiu até aos nossos dias, embora comece a ser muito atenuado.

Os costumes que a Idade Média criou a esse respeito são dos mais afrontosos para a mulher; desde a infibulação ao direito de pernada, do cinto de castidade ao *jus primae noctis*.

A escrava a tudo se sujeitou, paciente, resignada, ignorante. A Cavalaria com as Côrtes de Amôr e o «Serviço do Amôr» pretendeu, dizem, adoçar os costumes. A porção de egoismo que a Cavalaria punha nisso poderiam dizê-lo as donas e donzelas desse tempo.

A Renascença suavizou os costumes mas não livrou a mulher do preconceito; a Revolução Francesa proclamou os direitos do homem e do cidadão, mas manteve a mulher serva, tutelada, oprimida pela lei e pela moral dominante.

Só a Grande Guerra parece ter produzido uma certa revolução nos costumes. Há toda uma literatura em defesa da liberdade de amar, para a mulher. O conceito da virgindade atenua-se, começa a desaparecer. Na França, a mulher dá-se áquele que prefere, virgem ou não, tendo o cuidado de acentuar que não é uma profissional do Amôr, repudiando a paga que avilta e só visando ao prazer de amar livremente. Na Alemanha sucede o mesmo, talvez com maior frequência, ainda que com outro objectivo principal — procrear.

Catão de côco e rabona que lê estas linhas, à cata do pormenor libidinoso, pois a tua inferioridade mental não admite que se fale naturalmente das coisas naturais — não chames a isso — prostituição. Prostituição é o da tua «virtuosa esposa» que se aluga ao teu melhor amigo para obter o emprego ou a concessão que te convém, a assinatura na letra de que precisas, ou o vestido que não lhe podes dar. Prostituição é a das tuas filhas, a quem andas negociando a aparente virgindade, por um dote ou por situação que satisfaçam a tua ambição e a tua vaidade. Prostituição é tudo isso que para aí fermenta nos costumes e nas leis, na religião e na sociedade.

A escrava eterna, a que foi escrava antes que houvesse escravos, no dizer de Bebel, vai libertar-se. Vai renascer para o Amôr triunfante. Começa a reconhecer-se que a honra duma mulher não reside, não pôde residir, num pormenor anatómico, numa vaga membrana de inútil função fisiológica. A honra, tanto para a mulher como para o homem, está na lealdade, no respeito pelos compromissos livremente tomados, na inteireza de character. Está, principalmente, para a mulher na nobreza como exerce as funções maternas. Está no espirito, não no corpo.

Ah! a infinita piedade com que contemplamos as virgens, estuantes de vida, anciosas por conhecer os mistérios do Amôr, acorrentadas ao preconceito da virgindade, duma virgindade que o primeiro marchante inutiliza, numa sanguinária fúria, a troco da burla do casamento.

A falta de educação sexual, a separação dos sexos nas escolas, permitem que se avolumem preconceitos danosos, para a vida da espécie. Urge rasgar a golpes de verdade, de sinceridade, o véu dos prejuizos.

Que cada um escolha livremente o seu par, no momento em que isso lhe seja indicado pela natureza. Nada de falsos pudores, ante a função mais nobre da vida.

Cristo aconselhou que se desse a Cesar o que era de Cesar; não neguemos à mulher de Cesar o que ela pede nem a censuremos por isso.